



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EaD**

JAQUELYNE DE LACERDA SOUSA

**DESAFIOS E REFLEXÕES NA PRÁTICA DOCENTE: PERSPECTIVAS DE
PROFESSORES FRENTE À INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

**POMBAL - PB
2020**

JAQUELYNE DE LACERDA SOUSA

**DESAFIOS E REFLEXÕES NA PRÁTICA DOCENTE: PERSPECTIVAS DE
PROFESSORES FRENTE À INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientadora: Profa. Jucara Lidia de Araujo
Angelo

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE PATOS/IFPB

S725d Sousa, Jaquelyne de Lacerda
Desafios e reflexões na prática docente: perspectivas
de professores frente à inclusão de alunos surdos/
Jaquelyne de Lacerda Sousa. - Patos, 2020.
44 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2020.
Orientadora: Prof^a. Juçara Lídia de Araújo Ângelo

1. Inclusão 2. Alunos surdos 3. Prática docente
4. Desafios I. Título.

CDU – 376

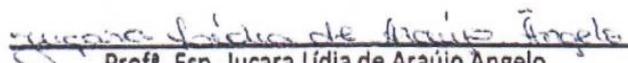
JAQUELYNE DE LACERDA SOUSA

**DESAFIOS E REFLEXÕES NA PRÁTICA DOCENTE: PERSPECTIVAS DE
PROFESSORES FRENTE À INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

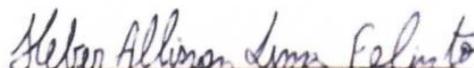
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora, do
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia
da Paraíba (IFPB), para obtenção do título
de Especialista em Libras.

Patos, 25 de fevereiro de 2021.

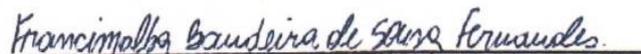
BANCA EXAMINADORA


Profª. Esp. Juçara Lídia de Araújo Angelo

Orientadora – IFPB


Profº. Msc. Heber Allison Lima Felinto

Avaliador – IFPB


Profª. Msc. Francimalba Bandeira de Sousa Fernandes

Avaliadora – PMP/PB

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, por ser tão presente e essencial em minha vida, aos meus pais e minha irmã por todo incentivo e apoio incondicional. Amo muito vocês.

AGRADECIMENTOS

Principalmente a Deus pelo dom da vida, por ser meu amparo e fortaleza, por toda sabedoria, força e coragem e por não me deixar desanimar mesmo em meio às dificuldades.

Agradeço imensamente a minha família, por sempre acreditar em mim, por estar sempre ao meu lado, me auxiliando e aconselhando sempre que preciso. Em especial aos meus pais, Maria Lúcia e José Nildo, por serem minha base, proteção e por todos os bons ensinamentos que incentivaram a dar mais um passo na minha vida acadêmica. E a minha irmã, Juliana, por todo apoio, cumplicidade e orientações que sempre me foi dedicada. Sem vocês nunca teria sido possível sonhar. Por isso, é com vocês que compartilho a concretização deste trabalho.

A Nathan, pelo apoio, motivação e também pelo suporte técnico que sempre me deu com o uso das tecnologias, já que tenho tanta dificuldade.

Aos professores e colegas do curso por toda contribuição neste processo de formação, compartilhando seus conhecimentos e colaborando de forma direta e construtiva para a minha formação profissional e pessoal.

A minha orientadora, Juçara, pelo o auxílio para construção desse trabalho.

Enfim, a todos que mesmo de longe ou perto, de forma direta e indireta, contribuíram para a escrita desse trabalho e para a concretização desse sonho.

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

(Boaventura Souza Santos)

RESUMO

A inclusão tem como princípio o atendimento a todos, o respeito às diferenças, valoriza uma educação que contemple as subjetividades dos sujeitos surdos, implica mudanças de metodologias, políticas públicas, para promover a participação e uma aprendizagem satisfatória. Essa pesquisa objetiva analisar quais os desafios encontrados pelos docentes para inclusão efetiva dos alunos surdos de duas escolas públicas do município de Pombal-Paraíba. Participaram da pesquisa sete professores de duas escolas municipais, de Pombal-PB. O procedimento metodológico empregado foi uma pesquisa bibliográfica e de campo, onde utilizamos um questionário online, viabilizado pelo Google Docs. Analisamos os dados através da análise de conteúdo. Percebemos, a partir das respostas dos participantes, que esses compreendem a importância da inclusão, porém vivenciam desafios no trabalho com alunos surdos e afirmam não estarem preparados, pois, além da falta de capacitações, não sabem Libras, o que dificulta ainda mais a comunicação entre eles. Há também a necessidade de materiais específicos para o desenvolvimento das atividades e os docentes ainda estão bastante dependentes do intérprete para desenvolver o conteúdo juntos aos discentes. Portanto, com a discussão realizada, conseguimos atingir os objetivos almejados e assim, esperamos que o trabalho sirva como norte para o desenvolvimento de novas pesquisas, possibilitando aos leitores entender e/ou ampliar os conhecimentos sobre a discussão aqui levantada.

Palavras-chave: Inclusão. Alunos surdos. Prática docente. Desafios.

ABSTRACT

Inclusion has as a principle the service to all, respect for differences, values an education that contemplates the subjectivities of deaf subjects, implies changes in methodologies, public policies, to promote participation, and satisfactory learning. This research aims to: Analyze the challenges faced by teachers for the effective inclusion of deaf students from two public schools in the municipality of Pombal-PB. Seven teachers from 2 municipal schools in Pombal-PB participated in the research. The methodological procedure was a bibliographic and field research, we used an online questionnaire, made possible by Google Docs. We analyze the data through content analysis. We realized, from the responses of the participants, that they understand the importance of inclusion, but they experience challenges in working with deaf students, they say they are not prepared, because there is a lack of training, they do not know Libras, making communication between them difficult, there is a need specific materials for the development of activities, are still quite dependent on the interpreter to develop the content together with the students. Therefore, with the discussion carried out, we were able to achieve the desired objectives, so we hope that the work will serve as a guide for the development of new research, enabling readers to understand and / or expand the knowledge about the discussion raised here.

Keywords: Inclusion. Deaf students. Teaching practice. Challenges.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CURRÍCULO E A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NA ESCOLA	11
2.1	INCLUSÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO	11
2.2	O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS	15
2.3	A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO EDUCADOR: SUBSÍDIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	17
3	METODOLOGIA PROPOSTA	20
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	20
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	22
3.3	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS DA PESQUISA	23
3.4	METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS.....	24
3.5	POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA.....	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	39
	ANEXOS	41

1 INTRODUÇÃO

A inclusão se constitui como uma atitude positiva, que tem por objetivo atender a todos, sem distinção, de modo a garantir uma educação de qualidade aos indivíduos. Ainda, tem como princípio norteador o respeito às diferenças, a igualdade de oportunidades e valoriza uma educação que contemple as subjetividades e necessidades dos sujeitos surdos, o que implica mudanças de posturas, metodologias e políticas públicas, para que de fato possa promover o acesso, a participação, envolvimento e um processo de ensino-aprendizagem satisfatório. Desse modo, a inclusão veio para trazer esperanças aqueles que, por muito tempo, permaneceram excluídos da sociedade, considerando as diversidades físicas, sociais, culturais, intelectuais, étnicas e de gênero.

Nessa fase da educação, as escolas para receberem esses alunos, passam a serem responsáveis em fazerem adaptações nos seus currículos e estrutura física, assim como requer que seus profissionais se qualifiquem, quebrando qualquer paradigma que venha a incitar a exclusão e o preconceito.

Conforme uma pesquisa realizada por Rocha (2017), essa inclusão se configura com inúmeros desafios para os professores, pois os obriga a repensar seus modos de ensinar, suas metodologias, sua cultura e adotar uma postura e habilidades que sejam condizentes com as características de cada aluno. Além disso, uma outra pesquisa recente, feita por Marques (2017), fala da responsabilidade do Estado em oferecer capacitações para os professores, porém, argumenta que na prática ainda é comum essa omissão, gerando enormes problemas para os referidos em dar continuidade a sua formação, pois há falta de recursos humanos e materiais, ou não há coerência entre a teoria e prática. Tavares e Silva (2017) em uma análise acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras, também pontua desafios sobre a falta de comunicação entre professor e aluno surdo, sendo esse fator um peso no processo de aprendizagem e na inclusão, podendo isto acontecer pelo fato do docente não ter domínio da língua de sinais e essa comunicação só poder acontecer quando a intérprete está presente.

A partir desses apontamentos, intuímos que existem diversos empecilhos para que o aluno surdo esteja incluído no currículo, podendo ser percebido na falta de conhecimento da escola, incluindo todos os seus profissionais, quanto ao seu papel e ao que de fato se constitui como inclusão, que sabemos, vai além de matricular alunos com deficiência no ensino regular sem dar subsídios. Deve ocorrer a mudança de postura de professores, além de incluir uma formação adequada e/ou suficiente, que possibilite a esses agir diante uma vivência na prática.

De tal modo, este estudo, no que lhe concerne, indaga: Quais os desafios encontrados pelos docentes para inclusão efetiva dos alunos surdos de duas escolas públicas do município de Pombal-PB? Nesse sentido, terá como respaldo teórico-metodológico, os seguintes autores e documentos oficiais: Rocha (2017); Fini e Fetzner (2017); Brasil (2008); Lacerda (2006); Mantoan (2003); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL,1996), entre outros.

O interesse de pesquisar essa temática surgiu nos anos da graduação, no curso de Pedagogia, quando passamos a entender o que seria de fato a inclusão de pessoas com deficiência, à qual, até então, só ouvíamos as pessoas falarem de maneira sucinta, sem sabermos na realidade quais as atribuições e formas dessa acontecer. Então, ao cursarmos a disciplina de LIBRAS, passamos a nos apropriarmos mais do assunto, bem como percebemos o quanto o aprendizado dessa língua é importante para a comunicação entre professor/aluno surdo e que apenas aquelas horas de aula não seriam suficientes para dominá-la. Foi aí que surgiram nossas inquietações: como os professores lidavam com alunos surdos na sala de aula? Se muitos não adquiriam uma base bem fundamentada na graduação, dessa forma, como esses discentes eram incluídos nos currículos? Como os educadores planejavam suas ações pedagógicas de modo a oferecer um bom atendimento a esse público?

Assim, temos como objetivo geral analisar quais os desafios encontrados pelos docentes para inclusão efetiva dos alunos surdos de duas escolas públicas do município de Pombal-PB, de maneira mais específica, verificar de que forma o currículo está sendo produzido na escola para atender de maneira efetiva os discentes surdos; identificar o que os professores entendem por inclusão e descrever como os educadores desenvolvem suas práticas inclusivas no cotidiano de seu trabalho.

Nesse sentido, essa pesquisa visa oportunizar no campo social e acadêmico, um maior conhecimento sobre o assunto, a ampliação de trabalhos na área, elucidando as dificuldades enfrentadas pelos professores no cotidiano da sala de aula para possibilitar uma educação inclusiva e ainda, trazer informações sobre a importância de se pensar um currículo que atenda todos os alunos de forma integral e, mais especificamente, que priorize uma educação de qualidade para os alunos surdos. Constituindo-se dessa forma, como material teórico-metodológico, que poderá ser utilizado como suporte/incentivo para o desenvolvimento de novas pesquisas.

2 CURRÍCULO E A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NA ESCOLA

Este capítulo tem o intuito de apresentar uma discussão sobre a inclusão dos alunos surdos no currículo escolar, enquanto peça fundamental para potencializar uma educação de qualidade e logo um desenvolvimento significativo a esse público. Além de um breve histórico acerca da inclusão no Brasil e do currículo escolar, seguido da importância da formação continuada como incentivo para que o professor possa desenvolver práticas inclusivas no cotidiano de seu trabalho.

2.1 INCLUSÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Demorou muito tempo para que as pessoas com deficiência passassem a serem vistas como sujeitos históricos de direitos, produtoras de uma cultura e capazes de se desenvolver. A concepção de inclusão existente hoje foi se construindo ao longo da história da humanidade, de acordo com as mudanças sociais, políticas, culturais e educacionais. Antigamente, as pessoas que possuíam alguma deficiência eram incapazes de exercer seu papel de cidadão, pois ficavam totalmente excluídas da sociedade, não podiam exercer nenhuma atividade trabalhista e mesmo a igreja as considerava como aberrações, seres endemoniados, sendo tirada dessas até mesmo o direito a vida.

Essa era a fase da segregação social. As pessoas com deficiência, consideradas naquela época como excepcionais, ainda eram inferiorizadas intelectualmente, havia a separação de alunos ditos “normais” dos “anormais”, ou seja, os ambientes destinados para educação e atendimento dos educandos com e sem deficiência eram diferentes, pois esses “não se misturavam”. O ensino que era destinado para os alunos com deficiência, não era o mesmo do ensino regular: os conteúdos eram distintos, os referidos eram tratados como “diferentes” e não possuíam os mesmos direitos. Nessa época o que ainda vigoravam muito era o assistencialismo em detrimento da Educação. Para irem para as escolas especiais, eram feitos testes seletivos, onde analisavam o tipo de deficiência que cada um possuía, para que então pudessem ser direcionados a uma instituição específica de sua deficiência. Podemos inferir que, nessa fase, os deficientes eram totalmente excluídos da sociedade.

De acordo com Martins(2004, p.25):

Por muito tempo as pessoas portadoras de deficiência foram vistas como pessoas diferentes, doentes e, até mesmo, inúteis. Foram alvos de atitudes, as mais diversas, que envolveram desde o extermínio ou a marginalização total, até a busca da inclusão plena na sociedade.

Nesse sentido, estudiosos refletindo sobre a ineficiência desse atendimento, começaram a pensar na criação de outro método, que pudesse vir a contribuir com a melhora do desempenho dos alunos. Assim, surge a integração escolar. Essa fase se diferencia da anteriormente citada, pois o seu principal objetivo era a escolarização dos deficientes, considerados naquela época como portadores de necessidades especiais, que até então não existia, permitindo esses de exercerem o seu papel de cidadão. Os mesmos passaram a integrar no mesmo ambiente educativo das pessoas ditas “normais”, porém ainda não recebiam os mesmos ensinamentos, ficavam em classes especiais. Diversas leis foram criadas neste período, mas não foram suficientes para oferecer uma Educação de qualidade a esses alunos, pois faltavam materiais pedagógicos que atendessem as especificidades de cada um, que, além de todas as dificuldades, tinham a obrigação de se adaptar a realidade das escolas. Os que não conseguiam o feito de atingir aquilo que era proposto no decorrer do ano letivo, não progredia de série até apresentar um desempenho padrão exigido.

No segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, começaram estudos de uma nova fase educativa, a Inclusão Escolar, no qual vários documentos instigaram esse acontecimento: a Constituição Federal de 1988, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (de Jomtien, 1990), a Declaração de Salamanca de 1994, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que determina que as escolas atendam a todos, sem qualquer restrição e garanta seu desenvolvimento segundo suas necessidades educacionais específicas.

Conforme Paulon (2005, p.7):

Os importantes avanços produzidos pela democratização da sociedade, em muito alavancada pelos movimentos de direitos humanos, apontam a emergência da construção de espaços sociais menos excludentes e de alternativas para o convívio na diversidade

A inclusão escolar traz consigo muitas indagações e frustrações para ser aplicada de modo a atender de forma igualitária os direitos educativos do seu público alvo, por se caracterizar como um desafio a ser percorrido na esfera educacional. Esta surgiu com intuito de transformar a sociedade em democrática, para que todos tenham acesso de forma igualitária a oportunidades, principalmente aqueles que possuem algum tipo de deficiência, que são, na maioria das vezes, excluídos do contexto social ao qual estão inseridos. Assim, se baseia na premissa de que é necessário voltar-se com um olhar atento e solidário para os indivíduos de modo particular, apreciando posturas, habilidades e dificuldades.

Dessa forma, a inclusão veio propor meios de restituir uma igualdade. Diferente da integração, esta oferece um ambiente educacional igual para todos, sendo a escola responsável por se adaptar, organizar seu currículo para receber esse aluno, levando em consideração a diversidade e especificidades desses. Além disso, o seu público não é somente as pessoas com deficiência, mas todos os alunos, independente de cor, raça, religião, etnia, classe social etc. Assim sendo, essa fase defende uma educação para todos, no qual o acesso e a permanência nas escolas sejam garantidos, respeitando a individualidade de cada discente.

Como assevera Brasil (2008, p.1):

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Assim, a escola e os demais espaços devem ser um lugar de oportunidades, equidades, encontros, de modo a permitir o desenvolvimento integral do ser, desmitificando toda forma de exclusão e preconceito dentro desse espaço. Para isso, é preciso construir-se um ambiente de gestão que acolha todas as diferenças existentes, sem se limitar a escolhas, e sim a aceitação.

Mantoan (2003, p.20) pondera que,

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Nesse viés, entendemos a inclusão como aquele que pensa em todos, sem impor critérios, pois para estabelecer igualdade de oportunidades e direitos atendidos, o sistema de ensino não deve ver seus alunos todos como iguais, mas em suas especificidades, a fim de garantir uma educação de fato inclusiva, que considere as diferenças e no qual seus alunos jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados. Desse modo, não é posto um modelo de sujeito ideal, com identidade fixa, mas, é posto um cenário aberto para receber a diversidade. Sobre isso, Lacerda (2006, p.166) assegura que:

A defesa deste modelo educacional se contrapõe ao modelo anterior de educação especial, que favorecia a estigmatização e a discriminação. O

modelo inclusivo sustenta-se em uma filosofia que advoga a solidariedade e o respeito mútuo às diferenças individuais, cujo ponto central está na relevância da sociedade aprender a conviver com as diferenças. Contudo, muitos problemas são enfrentados na implementação desta proposta, já que a criança com necessidades especiais é diferente, e o atendimento às suas características particulares implica formação, cuidados individualizados e revisões curriculares que não ocorrem apenas pelo empenho do professor, mas que dependem de um trabalho de discussão e formação que envolve custos e que tem sido muito pouco realizado.

A autora fala das dificuldades que existem para sustentar um modelo inclusivo no ambiente escolar, pois demanda de cuidados individualizados, de um olhar reflexivo e atento às especificidades dos sujeitos e não só cabe ao professor colocar em prática, mas todo o sistema e isso requer custos altos. Sendo assim, ainda é comum percebermos práticas nesses ambientes que não condizem com a inclusão. Trazendo para o contexto da pesquisa que são os alunos surdos, esses, mesmo sendo matriculados no ensino regular, nem sempre recebem o apoio necessário para continuar sua escolarização: como o número de profissionais capacitados é baixo, logo não se pensa em um currículo adequado, não é utilizado a sua língua natural, que é a Língua Brasileira de Sinais- Libras, no caso do Brasil, bem como não possui o auxílio de um intérprete que ajude nesse processo de comunicação. A somatória de todos esses fatores corrobora o impedimento do processo inclusivo.

Lacerda (2006, p.168), ainda aponta,

[...] A fragilidade das propostas de inclusão, neste sentido, residem no fato de que, freqüentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria idéia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes.

A autora fala que mesmo havendo leis, discursos que prezam por uma inclusão, a realidade contradiz, pois ainda se encontram alguns desafios à Educação Inclusiva, que são: falta de preparação e conhecimento dos profissionais acerca da temática; pouco ou nenhum recursos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades; barreiras arquitetônicas e institucionais muitas vezes encontradas, como a falta de acessibilidade, tanto física quanto pedagógica, dentre outros.

Como regulamenta a Brasil (1996) no seu artigo 2º, “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos

educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Portanto, o ato de incluir não deve se limitar apenas a realizar matrículas no ensino regular de pessoas com deficiência, mas requer do sistema educacional também buscar meios que possam dar possibilidades de assegurar um suporte necessário, uma formação de qualidade aos seus profissionais, para que desenvolvam sua ação pedagógica de modo eficaz, contando com apoio de recursos diversos que auxiliem no processo de inclusão de todos.

2.2 O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS

Ao pensar um currículo na educação de alunos surdos, devemos defender um que seja multicultural, que respeite a todos, a diversidade, a pluralidade; que trate os indivíduos não como uma pessoa incapaz, deficiente, que não pode alcançar os objetivos, mas como ser que se difere dos ouvintes apenas na sua forma de se comunicar, interpretar e entender o mundo. Devemos, pois, refletir a cerca de um currículo que crie condições para facilitar o processo de ensino aprendizagem dos sujeitos, que não viabilize a exclusão, mas favoreça uma educação verdadeiramente inclusiva. Assim como preceitua Brasil (1996, Art.59):

[...] que os sistemas de ensino devem oferecer currículo, métodos, recursos, organização específicos para atender as necessidades dos educandos, sempre considerando as características do aluno, seus anseios, condições de vida e de trabalho, mediando cursos e avaliação.

Dessa forma, é necessário que tenhamos em nossas escolas currículos e metodologias que sejam adaptadas para receber o aluno surdo; que leve em consideração suas subjetividades, que respeite suas diferenças, e que não veja esses sujeitos como inferiores ou menos desenvolvidos. Assim, é preciso transformar o ambiente da sala de aula em um espaço acolhedor, que promova discussões e que, por meio do diálogo, possamos elencar temáticas que façam sentido para os alunos, permitindo que eles também participem, exponham sua opinião sobre o assunto, de modo a superar um currículo que seja reduzido a conteúdos já pré-estabelecidos, no qual todos são submetidos às mesmas formas de avaliações, mesmas explicações, como se todos fossem iguais, aprendessem no mesmo tempo e ritmo. Nesse tocante, Fini e Fetzner, 2017,p.200) argumenta:

Para superar esta pedagogia da homogeneização, é necessário refletir sobre práticas pedagógicas em uma perspectiva libertadora, em que o currículo é construído por meio do diálogo entre professor e estudantes, ultrapassando o

que é imposto pelo currículo oficial, fazendo modificações de acordo com a necessidade dos estudantes. Por isso, é quase impossível cumprir com o currículo proposto pela escola, pois não tem como trabalhar os mesmos conteúdos, todos os anos, do mesmo jeito, com estudantes diferentes. Não podemos tratar os estudantes de maneira homogênea, porque somos sujeitos diferentes, cada um com sua história de vida, suas experiências, seu modo de pensar, suas crenças e religiões e, por esses motivos acreditamos que o currículo escolar precisa estar contextualizado com a realidade dos estudantes, valorizando os diferentes conhecimentos e diferentes sujeitos.

Os planos de ensino não devem ser individualizados, pensados isoladamente para um grupo de alunos, pois estaria reforçando a exclusão. É preciso ser contextualizado, pensando na realidade e conhecimentos dos diversos sujeitos. Como já comentado anteriormente, deve se refletir um novo modelo de escola e não só inserir um aluno em uma realidade que não possibilite o respeito as suas singularidades, que só reproduza práticas, ano após ano.

Para que aconteça uma educação para emancipação, é necessário que os profissionais da educação criem espaços educacionais que leve os alunos a ampliar suas visões de mundo, que não comprometam o desenvolvimento dos discentes e esses sejam prejudicados. Dessa forma, deve-se pensar em atividades que possam ser significativas tanto para os surdos quanto para os ouvintes, rompendo o que chamamos de homogeneização do ensino, promovendo a interação e trocas significativas, nas quais se possa aprender com o outro, com o diferente. Fini e Fetzner (2017, p.200-201) discorrem:

Portanto, por sermos sujeitos diferentes, nossas práticas também serão diferentes. Assim como os estudantes, não podemos tentar colocá-los em “forminhas” na ilusão de que todos são iguais. Cada um tem o seu tempo de aprendizagem, sua forma de compreender e entender o mundo, experiências de vida distintas, valores e comportamentos diferentes que precisam ser levados em consideração. Caso contrário, o estudante pode desinteressar-se pela escola, porque esta discute assuntos que pra ele não tem sentido. Para que os estudantes se sintam atraídos pela escola, poderíamos pensar na escolha de conteúdos das disciplinas articulados com a vida cotidiana, respeitando e refletindo sobre as diferenças e as atitudes frente ao mundo.

Nesse sentido, para que ocorra uma educação inclusiva dos surdos no ensino regular, é necessário, antes de tudo, que os docentes tentem conhecer seus alunos, ver se os conteúdos que estão sendo priorizados no currículo acolhem as suas especificidades, se dá ao discente o poder de construir o conhecimento e, conseqüentemente, sua identidade, independentemente de suas diferenças, ou se estão sendo postos apenas para cumprir um cronograma, o que pode contribuir para evasão desses sujeitos.

Portanto, o processo de inclusão exige da escola uma reorganização das suas práticas, uma inovação dos seus profissionais, a utilização de metodologias que priorizem o diálogo, a cultura surda e sua Língua natural, que é a Língua de Sinais. Dessa forma, todas as crianças do contexto escolar podem se beneficiar com adequação do currículo, uma vez que, será o centro do processo e todas as mudanças feitas serão pensadas justamente para contribuir com sua educação. De acordo Arrais *et. al.* (2016, p.293), é preciso que todas as ações desenvolvidas na escola tragam sentido e estimulem os alunos, que os desafiem em todos os sentidos. Nessa perspectiva, só com mudanças de posturas e com um olhar atento e comprometido com as necessidades do sujeito, a escola poderá construir um currículo que atenda a todos e oportunize uma educação de qualidade.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO EDUCADOR: SUBSÍDIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS

Educar requer dos educadores assumir uma atitude de coragem e ousadia, que vai muito além de um comunicar-se e ir de encontro com o aluno. É uma atividade que carece de um olhar atento, reflexivo, de um cuidado especial. Para exercer tal função, é preciso que o educador tenha uma boa formação e esteja apto para compreender a situação, o nível de desenvolvimento que o educando se encontra, assim como suas singularidades e necessidades.

Não existem receitas prontas de como guiar o ensino, mas é imprescindível que o professor enquanto facilitador da aprendizagem se coloque em constantes reflexões, em um conjunto de inquietações, bem como de retificações de sua prática educacional, além de estar em formação contínua, com intuito de garantir um bem-estar aos envolvidos nesse processo.

Compreendemos ser o professor um dos indivíduos mais essenciais na implementação de uma Educação inclusiva. Nesse sentido para subsidiar que esta aconteça, é importante que o educador se qualifique, tenha uma boa formação, construa saberes diversificados para adotar uma postura ativa e significativa, de modo a realizar uma prática consciente, adequada, para alcançar efeitos proveitosos, benéficos, e dessa forma, preparar, guiar, delinear sua atuação educativa. Para isso, Andrade (2010, p.164) assinala que:

A formação docente não pode ser vista apenas como um processo de acumulação de conhecimento de forma estática, como cursos, teorias, leituras e técnicas, mas sim como a contínua reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor. Esse processo deve estar vinculado à concepção e à análise dos contextos sociais e culturais, produzindo um conjunto de valores, saberes e atitudes encontrados nas próprias experiências e vivências pessoais, as quais imprimem significados ao fazer educativo.

Em vista disso, a formação do professor trará ainda mais conhecimentos sobre a realidade educativa, fazendo com que ele desenvolva aprendizado acerca da inclusão e assim, na medida em que este se torna consciente do seu papel, irá desempenhar atividades da melhor maneira possível, de forma a favorecer um contexto significativo para os alunos surdos. Desse modo, uma boa formação é crucial, pois irá propiciar ao docente compreender as especificidades de cada criança e, conseqüentemente, possibilitará a essas um desempenho satisfatório, mais significativo, contribuindo para que se tornem sujeitos autônomos, dispostos e prontos para viver em sociedade.

Saviani (2010, p.53, apud MARQUES, 2017, p.2108) explicita que:

[...] a formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

Assim sendo, a formação contínua do professor se faz essencial, pois por meio dela o referido poderá adquirir subsídios para conduzir seu alunado de maneira inovadora, facilitando a dissolução dos obstáculos da sua sala de aula e retirando qualquer aspecto referente à integração, viabilizando a inclusão e, conseqüentemente, priorizando um ensino que atenda a todos, sem distinção, com garantia de acesso e permanência de alunos surdos com qualidade, na medida em que, estará consciente das necessidades de cada sujeito. Dessa maneira, é fundamental haver adaptações no seu currículo e mudanças de metodologias.

Portanto, requer dos profissionais também buscar meios que possam dar possibilidades de assegurar um suporte necessário, uma formação de qualidade para que desenvolvam sua ação pedagógica de modo eficaz, adequada às necessidades de seus alunos, contando com apoio de recursos diversos que auxiliam a mediar à inclusão de todos. Rocha (2017, p.2) aponta:

A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re)pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro.

Assim, a argumentação da autora vem para reafirmar o que já havia sendo explicitado

no decorrer desse tópico. A formação permite ao educador organizar suas práticas com antecedência, rever o que deu certo e o que não deu, para tentar melhorar. Além do mais, possibilita reconhecer a diversidade e respeitar as especificidades de cada aluno. Tudo isso se faz primordial para impedir que as diferenças se transformem em desigualdades entre os estudantes, ao passo que possibilita igualdades de oportunidades. Sobre isso, Gonçalves e Festa (2013, p.2) argumentam que:

A presença do aluno Surdo em sala exige que o professor reconheça a necessidade da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno Surdo, o aluno Surdo está na escola, então cabe aos professores criar condições para que este espaço promova transformações e avanços a fim de dar continuidade a um dos objetivos da escola, ser um espaço que promove a inclusão escolar.

Diante disso, compreendemos que a educação inclusiva se configura como um desafio para o professor, na medida em que os obriga a repensar suas metodologias, sua forma de ensinar, sua postura diante da diversidade, para que assim, possa adotar estratégias pedagógicas que promova um ensino-aprendizagem satisfatório para os alunos surdos. Sabemos que não é só do professor a responsabilidade de incluir esses sujeitos no ambiente educacional, mas, infelizmente, é ele o mais cobrado para que isso aconteça. Paulon (2005, p.9) assevera:

Sabemos que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor. É verdade que propostas correntes nessa área referem-se ao auxílio de um professor especialista e à necessidade de uma equipe de apoio pedagógico. Porém, a solicitação destes recursos costuma ser proposta apenas naqueles casos em que o professor já esgotou todos os seus procedimentos e não obteve sucesso.

A autora argumenta que para acontecer uma educação inclusiva se faz necessário o envolvimento de toda uma equipe interdisciplinar. Todas as mudanças e atitudes adotadas devem ser pensadas em conjunto, cada um dando sua contribuição de acordo com sua função no sistema, inclusive o Estado, que deve dar condições, recursos materiais e pessoais para apoiar essa causa. Então, o professor com suas formações e com esse apoio pedagógico, poderá realizar grandes coisas na sala de aula. A autora ainda disserta que na realidade o docente só recebe esse apoio quando tem esgotado todas as possibilidades de trabalho e não

obteve êxito, o que se caracteriza como um ponto negativo para a inclusão, pois sabemos o quanto essa é complexa e que diante das diferenças e necessidades dos sujeitos, uma única pessoa pouco pode contribuir para transformar a realidade. Sobre isso, Mantoan (2007, p.22) disserta que:

[...] é preciso estar atento, pois combinar igualdade e diferenças no processo escolar é andar no fio da navalha. O certo, porém, é que os alunos jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças, seja nas escolas comuns, seja nas especiais.

Portanto, todos os envolvidos no processo de inclusão precisam ter mentes abertas, de maneira a enxergar e aceitar que todos os alunos são diferentes e a partir disso, possibilitar apoio ao professor para utilizar de práticas pedagógicas que não inferiorize nem desvalorize as capacidades e dificuldades dos alunos, não seguindo uma mesma rotina diariamente, pois quanto mais mudanças de práticas, mais oportunidades serão dadas as pessoas que tem limitações. Tudo isso poderá contribuir para a aprendizagem e o bem estar dos alunos com deficiência, excluindo qualquer indício de evasão escolar desses.

3 METODOLOGIA PROPOSTA

Neste capítulo, discorreremos os procedimentos metodológicos que serão adotados na pesquisa, com intuito de atender os objetivos propostos. Assim, apresentamos as nossas escolhas metodológicas, elencando o lócus da pesquisa, os sujeitos pesquisados, o instrumento que será utilizado para coleta, a técnica de análise de dados, os resultados e discussão.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa, Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 155): “É um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Deste modo, ponderamos que a pesquisa permite ao pesquisador expandir seus conhecimentos acerca da temática investigada, desenvolvendo um novo olhar sobre o que foi estudado, o que pode proporcionar a produção de uma nova visão desse tema para a área de estudo.

Nesse sentido, este trabalho tem como modalidade de pesquisa a abordagem qualitativa, pois tivemos o intuito de aprofundar a compreensão da temática estudada, de

acordo com os objetivos que estabelecemos. Sobre essa abordagem de pesquisa Gonsalves (2001, p. 68) relata que: “[...] preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão as suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

Portanto, justificamos nossa escolha por esta abordagem por ser uma forma positiva, na medida em que se preocupa com o aprofundamento da compreensão sobre o objeto estudado Além disso, tem a função de relacionar de modo contínuo a relação existente entre sujeito e objeto, possibilitando uma maior compreensão da temática abordada.

A presente pesquisa é caracterizada também como um estudo de natureza exploratória, pois, conforme a concepção de Gil(2002, p.41), esse tipo de estudo se adequa aos objetivos desta pesquisa, pois

[...] este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Ainda foi utilizada uma pesquisa descritiva. Para Triviños (1987), esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Quanto aos procedimentos técnicos, será empregada uma pesquisa bibliográfica. Como assinala Fonseca (2002, p.32):

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Este estudo configura-se também como uma pesquisa de campo, visto que essa permite ao pesquisador um encontro mais direto e próximo com o objeto estudado, sendo possível uma melhor compreensão da temática em questão. Sobre a pesquisa de campo, Gonsalves (2001, p.67) disserta que:

[...] Denomina-se pesquisa de campo o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. A pesquisa de campo é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre – ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Portanto, a pesquisa de campo permite uma maior aproximação com o objeto de estudo, com o lócus da pesquisa e os participantes dela, possibilitando uma melhor compreensão sobre a temática, na medida em que é possível a obtenção de maiores informações.

A pesquisa foi realizada na cidade de Pombal, um município do estado da Paraíba, localizada no sertão paraibano, a 385 km de distância da Capital do Estado, João Pessoa. É a quarta cidade mais antiga do estado e a segunda maior em questão territorial possuindo 888,8 km². De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em seu último censo, no ano de 2010 sua população era estimada em 32.443 habitantes.

As unidades pesquisadas foram as escolas Maria do Bom Sucesso de Lacerda Fernandes (Dona Cessa) e Professor Newton Seixas, da rede municipal de ensino, ambas localizadas em um bairro periférico da cidade de Pombal-PB. A primeira instituição trabalha com turmas apenas da pré-escola e conta com um quadro de sete professores. Já a segunda escola atende turmas do fundamental I e II e EJA (Educação de Jovens e Adultos), contando com o trabalho de vinte e um professores.

O motivo da escolha dessas duas instituições para ser realizada a pesquisa, deu-se devido serem as únicas escolas da rede municipal de ensino que estavam atendendo alunos surdos no ano vigente.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Os participantes foram professores que compõe o quadro de funcionários dessas instituições. A população corresponde a um número de vinte e oito professores. O tipo de amostragem foi não probabilística intencional, uma vez que, o critério de inclusão para escolha da amostra serem professores que possuem alunos surdos nas suas turmas de ensino e que concordaram em participar da pesquisa. Dessa forma, o número da amostra era de dez professores, porém apenas sete professores concordaram participar. Para preservar a identidade dos participantes foram utilizadas as siglas: P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

O critério de inclusão se constituiu por professores das duas instituições, que tem em suas turmas de ensino alunos surdos e que concordaram em participar da pesquisa e ainda que deram o seu consentimento por escrito (por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE). Já o critério de exclusão foram professores que não tem em suas turmas alunos surdo, ou que não concordaram em participar da pesquisa, ou ainda, que por qualquer motivo se recusaram a assinar o TCLE.

3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA

Buscando alcançar os objetivos propostos, escolhemos utilizar como instrumento para coleta de dados um questionário online, viabilizado através do aplicativo Google Docs, com perguntas para identificar o perfil sociodemográfico da amostra, contendo questões como: idade, sexo, formação acadêmica, tempo de atuação no magistério, entre outras e também perguntas específicas sobre o assunto pesquisado, que permitiu que os participantes respondessem estas com base em suas concepções a cerca do tema abordado.

A escolha por esse instrumento deu-se pelas vantagens que ele oferece: é totalmente online, possui questões abertas e fechadas, possibilitando assim que os participantes respondessem com mais objetividade e/ou com mais detalhes, de acordo com o nível de complexidade de cada questão. Além disso, pôde ser respondido em um horário que seja mais acessível para cada um, o que tornou mais fácil e rápido o acesso dos respondentes.

Essa ferramenta de coleta de dados, conforme Martins; Silva; Marques, 2016, p.3 “tem se mostrado como um recurso muito utilizado e vem se popularizando, pois permite a criação de pesquisas on-line sem cobrar qualquer valor por sua utilização, diminuindo ainda mais os custos dos empreendimentos de pesquisa”. Dessa forma, esse questionário online trará mais comodidade tanto para o pesquisador, quanto para o respondente que irá receber em seu e-mail o link de acesso ao questionário e terá um prazo de uma semana para fazer a devolutiva.

A coleta de dados foi realizada após a aprovação do Comitê de Ética. Já tendo a autorização das diretoras, contactei as mesmas para pedir o WhatsApp dos professores que se enquadravam na amostra, sendo esses os que possuem alunos surdos nas suas turmas de ensino. Por meio dessa rede social citada anteriormente, entrei contato e os convidei a participar da pesquisa, expliquei como seria realizada a mesma e logo após o aceite em participar, enviei a solicitação da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), já com a assinatura do pesquisador responsável, o qual contém os objetivos da pesquisa, o procedimento de coleta de dados, seus riscos e como minimizá-los, a garantia de anonimato, para a devida permissão da coleta e o uso de informações necessárias ao estudo. Os participantes inseriram sua assinatura digitalizada e reenviaram devidamente assinada. Os participantes ficaram com uma via e a pesquisadora com outra.

Após o aceite e os documentos de consentimento devidamente lidos e assinados, foi enviado o link do questionário para que respondessem. Após o link do questionário ser gerado no Google Docs e enviado, a pesquisadora pôde acompanhar o andamento da

pesquisa em tempo real, em todos os locais, à medida que os participantes foram respondendo. Não houve necessidade de encontros presenciais para a aplicação do questionário e assinatura do TCLE, todo o procedimento de coleta de dados foi feito de forma virtual. A coleta de dados ocorreu do dia 29 a 06 de novembro de 2020. Para resguardar a identidade dos pesquisados utilizamos as siglas: P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

3.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

Para processar e analisar os dados, utilizamos o método de Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bauer (2002, p.193). Segundo ele, as análises podem ocorrer levando em consideração duas dimensões, sendo elas: sintática que enfoca as observações nos transmissores, formas de falar, vocabulário, frequência de emprego das palavras e a dimensão semântica, a que optamos por utilizar nesta pesquisa: “dirige seu foco para relação entre os sinais e ou sentido normal - sentidos denotativos e conotativos em um texto”.

3.5 POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA

Para atender os aspectos éticos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do IFPB via plataforma Brasil. Somente após a obtenção do parecer favorável (Número 4.314.842) é que foi iniciada a coleta de dados. A certidão de aprovação do projeto pelo CEP consta nos anexos. Ao ser estabelecido contato com os sujeitos e esses terem se proposto a participar da pesquisa, foi enviado por meio do WhatsApp o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que consiste em atender aos aspectos éticos incorporados à pesquisa que envolve seres humanos. Após a realização da leitura do documento pelo participante, que deixava esclarecido como se daria a coleta de dados, sua permanência, de como podia colaborar e a garantia do seu anonimato e somente após o aceite em participar da pesquisa, as duas vias do TCLE assinadas, tudo de forma virtual, foi dado início a coleta dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com intuito de atingir os objetivos da pesquisa, realizamos a aplicação de um questionário online, composto por quinze questões, contendo sete questões apenas para conhecer o perfil sociodemográfico dos participantes e outras oito para compreendermos de

fato como acontece a prática docente e a inclusão dos alunos surdos nas turmas em que os participantes atuam. A primeira pergunta indagou: **Qual sua faixa etária?**

Obtivemos como respostas:

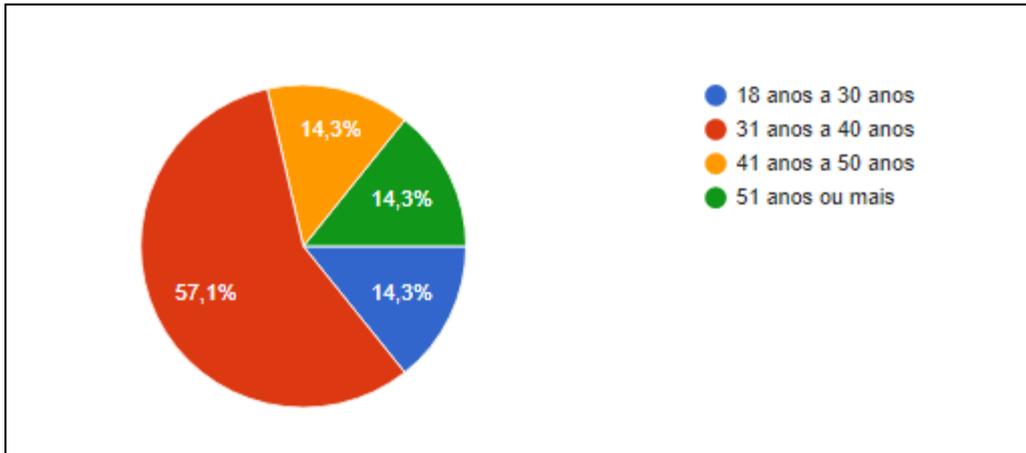


Gráfico 1: Faixa etária dos participantes
Fonte: Dados da pesquisa

A partir das respostas e do número de professores respondentes, que foram 7, podemos perceber que um participante está entre 18 a 30 anos, representado no gráfico pela cor azul; mais um tem idade entre 41 a 50 anos, que corresponde a cor laranja e outro possui 51 anos ou mais, destacado na cor verde. Os demais, que correspondem ao número de 4, estão na faixa etária entre 31 a 40 anos, visualizado na cor vermelha.

A segunda questão disserta sobre: **Sexo**

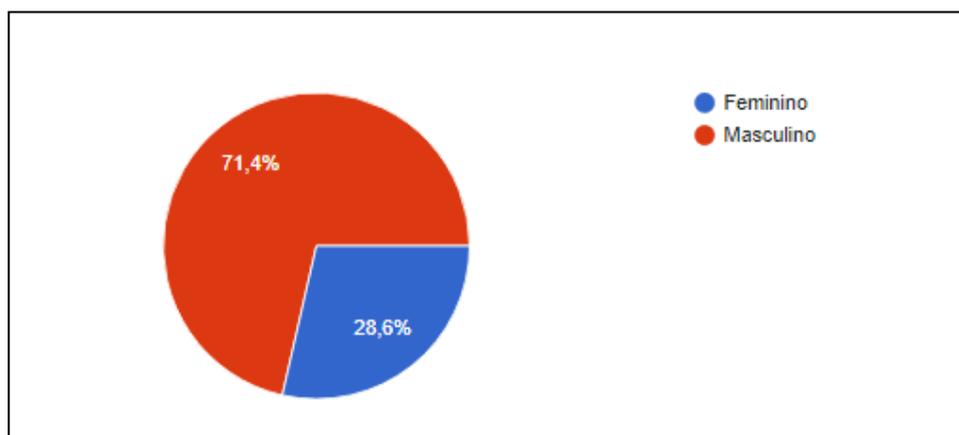


Gráfico 2: Sexo dos participantes
Fonte: Dados da pesquisa

Diante das respostas, percebemos que 2 participantes são do sexo feminino, representada pela cor azul e 5 são do sexo masculino, destacado pela cor vermelha.

A terceira pergunta questiona sobre: **Vínculo empregatício**

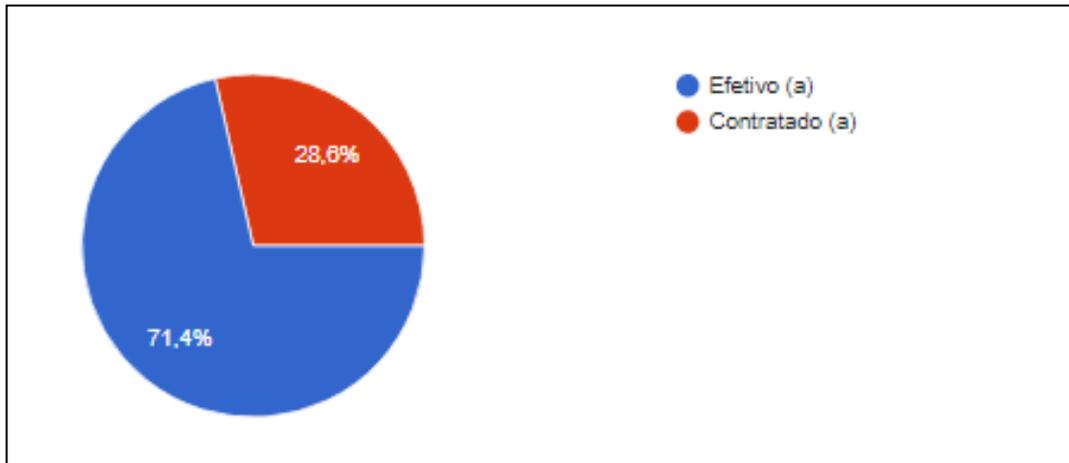


Gráfico 3: Vínculo empregatício

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme as respostas, a maioria dos participantes é do quadro de funcionários efetivos, que correspondem ao número de 5 participantes, sendo apenas 2 contratados.

A quarta pergunta acerca da **Formação acadêmica:**

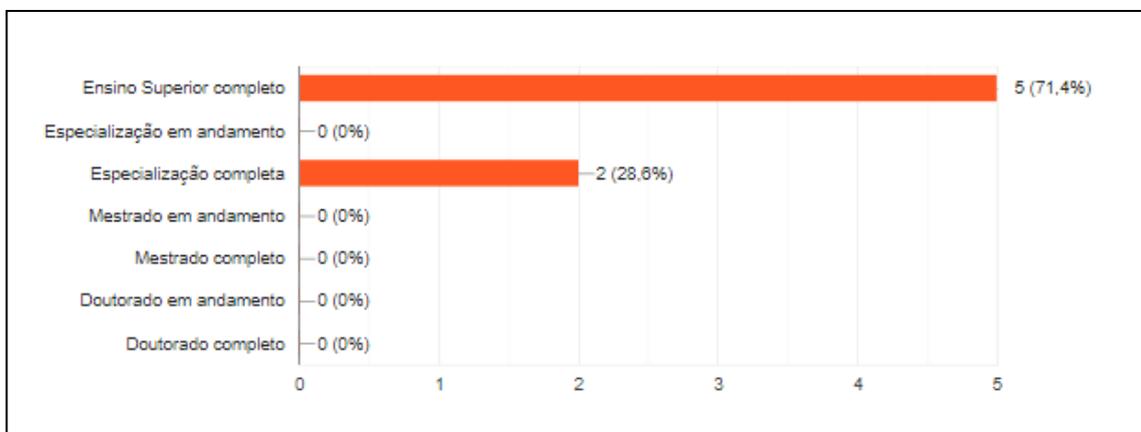


Gráfico 4: Formação Acadêmica

Fonte: Dados da pesquisa

Observando o gráfico, inferimos que todos os participantes possuem ensino superior e apenas 2 tem especialização.

Posteriormente questionamos: **Tempo de atuação no magistério?** O tempo de serviço no magistério varia entre 3 a 36 anos.

Na sexta questão perguntamos sobre **os turnos que trabalham**. Dois responderam que somente pela manhã e os outros 5 falaram que em ambos os horários (manhã e tarde)

Na questão seguinte, indagamos as **turmas de ensino** que eles atuam. Responderam:

- P1:** Sexto ao nono do ensino fundamental e primeiro ano ensino médio e ela ensino médio
P2: Pré II ao 9 ano
P3: 6º, 7º e 8º do EF
P4: Do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio.
P5: 6º,8º e 9º
P6: Do 6 ao 9 ano
P7: Pré I

Adentrando nas perguntas mais específicas acerca da temática, na oitava questão perguntamos: **O que você entende por inclusão?** Ficou perceptível a partir das respostas dos participantes que todos compreendem o que é o processo de inclusão, sua função e importância. Conforme podemos observar abaixo:

- P3:** Entendo que inclusão seja um processo atender todas as pessoas sem exceção. Isso no sistema de ensino.
P4: Processo que possibilite a inserção, em um mesmo ambiente, pessoas com diferentes aptidões.
P5: É o ato de incluir na sociedade pessoas historicamente excluídas do processo de socialização, como negros, indígenas, pessoas com necessidades especiais, e entre outros.
P6: Oferecer a alguém às mesmas oportunidades e condições que é dada a outras pessoas.
P7: Inclusão social é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.

Através das respostas dos entrevistados acima, percebemos uma semelhança na opinião de ambos, na medida em que todos entendem a inclusão como um processo de acolhimento das diferenças, da igualdade de oportunidades, de atender a todos sem distinção e de haver um respeito mútuo. Segundo Mantoan (2003, p.55), “incluir implica em acolher a todos os membros de um dado grupo, independentemente de suas peculiaridades; é considerar que as pessoas são seres únicos, diferentes uns dos outros e, portanto, sem condições de serem categorizados”. Ainda menciona que:

A inclusão é, portanto, um conceito revolucionário, que busca remover as barreiras que sustentam a exclusão em seu sentido mais lato e pleno. Aplica-se a todos os que se encontram permanente ou temporariamente incapacitados pelos mais diversos motivos, a agir e a interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem.

Dessa forma, entendemos a inclusão como um processo que traz esperanças para aqueles que por muito tempo permaneceram excluídos, que tiveram seus direitos ceifados.

São portas que se abrem para igualdade, dignidade e para um desenvolvimento deveras satisfatório. Porém, sabemos que essa tarefa não é fácil de ser realizada, requer dos envolvidos muita disposição, coragem, comprometimento e uma formação adequada para atender a todas as demandas.

Nesse viés, indagamos os participantes: **Você se sente preparado para o processo de inclusão de alunos surdos? Justifique.** Obtivemos como respostas:

P2: Não, pois não compreendo a linguagem.

P4: Não, devido a falta poucos cursos de capacitação.

P5: Não. Pois não fiz nenhuma especialização e nenhum curso de capacitação.

P6: No momento não! Mas pretendo adquirir conhecimento efetivação acerca da temática em discussão.

P7: Não, pois não conheço a língua de sinais- Libras

Destacamos aqui, a partir das respostas, um grande impasse para que de fato a inclusão aconteça nas turmas que esses alunos surdos estão inseridos: os próprios professores afirmaram não estarem preparados, seja por que não participaram de cursos de capacitação, não tem especialização, não conhecem a Libras para se comunicar com esses alunos, o que é bastante preocupante, pois sabemos que se o mediador da aprendizagem, que é o professor, não tem conhecimentos, não se sente seguro, preparado de como fazer a mediação do aluno surdo ao conteúdo, a aprendizagem dele se encontra inquestionavelmente comprometida. Diante disso, percebemos que esse é um desafio para o professor, para desenvolver uma prática inclusiva.

Conforme Rocha (2017, p. 7) “ [...] Muitos professores encontram dificuldades em trabalhar com a diversidade, demonstrando insegurança para desenvolver seu papel, pois não existe uma fórmula correta para lecionar diante das especificidades que cada aluno apresenta, sendo o aluno deficiente ou não.” Nesse sentido, quando o docente se vê diante de alunos com necessidades diferentes, cada um com especificidades que requer uma maior atenção, um maior conhecimento para isso e não possui nenhuma formação para tal, esse se enxerga realmente perdido, inseguro sem saber como atuar.

Ainda, tivemos um participante que respondeu o seguinte: **“P1:** Sim contanto que seja disponibilizado o intérprete para acompanhar em sala.” A cerca dessa resposta, entendemos de duas formas: que ele vê o intérprete como apoio, ponte para fazer a mediação, facilitar a comunicação entre aluno e professor por ele não a conhecer a língua de sinais, bem como entendemos também que ele pode estar equivocado quanto à função do intérprete, sendo este

o responsável por ensinar o aluno surdo. No entanto, sabemos que mesmo a escola disponibilizando de um intérprete, o papel do docente continua o mesmo: é ele quem deve pensar nas metodologias e estratégias de como deve ser dirigido o ensino, levando em consideração as especificidades de todos os alunos. O intérprete vem apenas para somar, interpretar aquilo que o professor está ensinando, em nenhum momento ele pode assumir um papel que não é dele. Nessa prerrogativa, Lourenço (2010. p. 36), enfatiza que “a formação continuada deve ser vista sempre como uma possibilidade, uma alternativa para esses professores”. Pensando nisso, fizemos a seguinte pergunta aos participantes: **Você recebeu formação para promover a inclusão de alunos surdos? Se sim, como foram essas orientações? Em que momentos ocorreram?** Os participantes responderam:

P2: Não

P5: Não.

P6: Não recebi essa formação!

P7: Não

Os participantes afirmaram que não receberam formação para atuarem com alunos surdos na sala de aula, o que se configura como um enorme problema e outro grande desafio. Como nosso estudo mesmo propõe, incluir não é apenas inserir o aluno surdo na escola, mas também é essencial que o Estado dê um suporte e condições adequadas aos profissionais que estão envolvidos nesse processo de inclusivo. Há uma grande necessidade de políticas que priorizem a formação continuada dos professores, oferecendo a estes palestras, cursos, especializações, para que esses profissionais verdadeiramente adquiram uma infinidade de conhecimentos, se atualizem e passem a desenvolverem novas habilidades para sua atuação pedagógica em pró da educação do aluno surdo, pois quando a escola só joga aquele aluno na sala de aula e não oportuniza capacitações para seus profissionais, não dispõe de materiais pedagógicos para auxiliar nas práticas docentes, está realizando um papel inverso: ao invés de promover a inclusão, transforma essa em exclusão.

Sobre essa formação continuada e qualificação docente, a Resolução n. 02/2001-CNE/CEB, que define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, assegura que: “Art. 18, §4º. Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2001).

Dessa maneira, é preciso que as políticas públicas, os órgãos competentes priorizem programas de capacitação e um acompanhamento que norteiem a prática pedagógica docente, na tentativa de reduzir as dificuldades que esses enfrentam e prepará-los para desempenhar o

seu papel de forma crítica e consciente diante da diversidade dos seus alunos, de modo a utilizar de estratégias apropriadas para favorecer a inclusão e contribuir com uma maior aprendizagem de todos.

Ainda sobre a formação continuada, o Plano Nacional de Educação (PNE), argumenta que: “Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar sejam preparados para atendê-los adequadamente” (BRASIL, 2000, p. 87). Portanto, priorizar uma formação continuada é respeitar e valorizar as aprendizagens e necessidades dos discentes, sendo esses fatores essenciais para a realização de um trabalho eficaz e consciente pelos profissionais.

Por conseguinte, perguntamos: **Como você desenvolve o conteúdo junto aos alunos surdos? O currículo contempla adaptações ou recursos para atender de maneira efetiva os discentes surdos? (em relação ao planejamento, as estratégias e os recursos utilizados).** Visualizamos nas respostas que alguns participantes recorrem ao intérprete, outros afirmam que o conteúdo é apresentado da mesma maneira para ambos os alunos.

P1: Na medida do possível. Como já disse vai depender muito de um intérprete.

P2: Com a ajuda do intérprete

P3: O conteúdo é desenvolvido da mesma maneira que os demais alunos. Porém, utilizando-se de figuras. .

P5: Da mesma forma dos demais. Não.

P6: Dentre minhas práticas docente não há um arranjo no contexto de adaptação para alunos com necessidades especiais. Nesse sentido, a escola conta com o apoio de profissionais qualificados para essa prática educacional/social.

Analisando as respostas, deduzimos que o currículo que as escolas seguem é um já pré-estabelecido, que não tem como foco diretamente a inclusão, as dificuldades e diversidade dos alunos. Na fala de alguns participantes, dar-se a entender que os intérpretes que fazem essa função de conduzir o conteúdo para que os alunos surdos compreendam, mas sabemos que a responsabilidade dele não é pensar metodologia/estratégia/recursos de ensino, é apenas de interpretar. Então, se o discente não recebe o conteúdo, os recursos adaptados para sua deficiência, tende a possuir ou adquirir um déficit no seu aprendizado, tornando a aula angustiante, exaustiva e desinteressante para ele. E sabemos que não é só o professor que tem essa responsabilidade de procurar alternativas mais eficazes para educação desses discentes, mas também o Estado deve oportunizar subsídios, suporte nessa reorganização escolar e do

currículo, incorporando a ele práticas renovadas, adaptações físicas no ambiente educacional. A inclusão se configura nesse caminhar de inovações, exigindo dos envolvidos esforço e atualização. Oliveira *et al* (2020, p.11) aponta justamente para essa reestruturação:

[...] para que o processo de inclusão se efetive, é necessário a reformulação de todo o contexto educacional. A transformação no meio inclusivo possivelmente, se dará a partir de tomadas de medidas acessíveis, que vão desde espaços físicos-estruturais à reorganização curricular, perpassando pela acessibilidade cultural e linguística de seus educandos. Assim, visando atender à diversidade presentes no ambiente educacional, é preciso reflexão contínua acerca da atuação do profissional docente, reconhecendo suas dificuldades e limitações de formação e atuação, além da promoção de políticas públicas inclusivas.

Dessa forma, todos os envolvidos nesse processo devem ter um olhar diferenciado, atento para cada aluno, de maneira a identificar e compreender o que de fato é essencial para o aprendizado e inclusão desses, levando em conta suas limitações, dificuldades, e assim tornar o espaço escolar e os conteúdos mais atraentes e prazerosos.

Na décima segunda pergunta, adentramos na parte da avaliação dos alunos. Questionamos: **Como é organizado o processo de avaliação e correção dos conteúdos para os alunos surdos? É igual ao realizado com os demais alunos? Ou adaptado?**

P2: Não, é adaptado

P3: O processo de avaliação é adaptado

P4: É adaptado.

P7: Junto com a professora de Libras fazemos a correção e avaliação das atividades.

A maioria dos professores afirmou que a avaliação dos alunos surdos é feita de forma adaptada, porém, infelizmente, não nos falaram quais estratégias utilizam nessa adaptação. Sabemos da importância que se tem levar em consideração todos os aspectos do avaliado e para isso é necessário um estudo, um olhar solidário e cauteloso de quem avalia, para que esse não seja injusto. Em uma avaliação não se deve olhar o que o aluno não aprendeu, não sabe, como algo negativo, mas que pode ser melhorado com ajuda e estímulo do professor. É essencial também perceber as qualidades e avanços que esse aluno possui.

Sobre a avaliação e adequações de práticas pedagógicas, Rocha, Avila (2015, p.37) fala que:

O aluno, com deficiência, em uma classe comum, precisa ser avaliado em todos os aspectos para que as adequações pedagógicas possam ser planejadas

de forma a garantir a sua aprendizagem. Essas adequações ou adaptações podem ser significativas ou não e devem ocorrer em todas as dimensões necessárias, no projeto pedagógico da escola, no currículo da sala de aula e, quando necessárias, individualizadas, sem desconsiderar a proposta da turma.

Desse modo, a partir do que falam as autoras, o aluno surdo quando inserido nas salas regulares, deve ser avaliado em todas suas áreas. O docente deve estar atento aos conhecimentos e as dificuldades, para que as adequações no currículo e no conteúdo possam ser feitas de modo a contribuir e garantir a inclusão e uma aprendizagem satisfatória.

Na questão seguinte, indagamos aos professores: **Tem conhecimento da Língua de Sinais – Libras?**

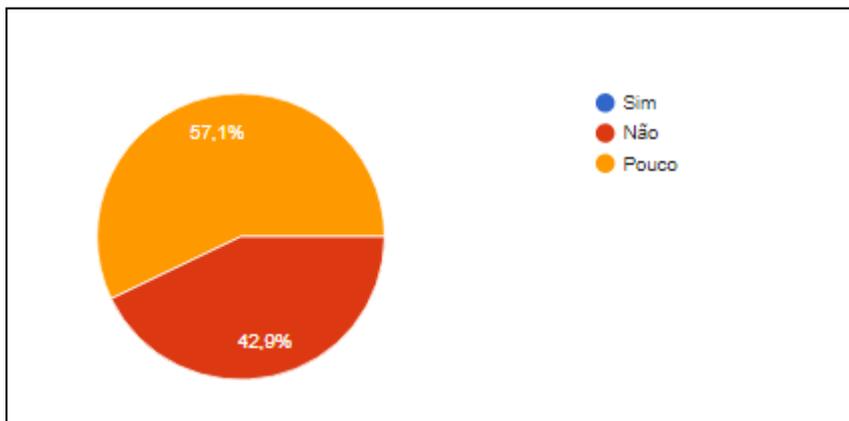


Gráfico 5: Conhece a Libras?

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando o gráfico, percebemos que quatro dos professores falam que sabem pouco a Libras e três deles não compreendem nada. Vemos aqui outro desafio vivenciado pelo professor e também pelo aluno surdo: uma vez que o docente não compreende a língua materna do surdo, logo, não existe o domínio de uma língua comum à ambos, a comunicação direta e eficaz entre eles fica impossibilitada de acontecer, dificultando até mesmo a própria construção do conhecimento. Sobre esse assunto, Gonçalves e Festa (2013, p. 6) dissertam que “para que o aluno Surdo possa ter sucesso em sua vida escolar, faz-se necessário que o professor regente tenha conhecimento acerca das singularidades linguísticas e culturais desse aluno”.

Barbosa *et al.* (2015, p. 213-214), também argumenta:

A formação em Libras de modo fluente é recomendada ao professor de todas as áreas e níveis de ensino, pois este aparece como o mediador do processo

de inclusão dos surdos, tornando-se um agente transformador dotado de análise crítica da realidade e responsável também pelo sucesso do projeto pedagógico educacional. [...] O professor que possui conhecimento sobre a língua materna do aluno surdo pode auxiliar na troca de informações, na compreensão da disciplina, na capacidade de construção de autoimagem positiva, na formação de confiança e, conseqüentemente, no processo de inclusão.

Dessa forma, quando o professor conhece a língua, pode trocar informações sobre os conteúdos, facilita a construção de vínculo com o discente; o aluno passa a ter mais confiança no que está sendo ensinado pelo docente e interpretado pelo intérprete e já que nem todos os conteúdos esse domina, faz-se necessário vez ou outra que o docente sane algumas dúvidas, que com apenas a interpretação não é possível que o aluno compreenda. E dessa forma, a inclusão passa a acontecer de fato.

A questão seguinte feita aos participantes foi: **Há Intérprete em Língua de Sinais no contexto da escola? Para você, qual a importância desse profissional?**

P1: Tem. É grande e fundamental. Sem ele não seria possível a inclusão.

P2: Sim, para compreender a linguagem do aluno

P3: Há intérprete. Ele é importante, pois não tenho conhecimento suficiente sobre Libras.

P4: Sim. Importante como mediador, entre o professor e o aluno surdo.

P5: Sim. Pois o mesmo e quem ira manter o contato entre PROFESSOR X ALUNO.

P6: Sim. Esse profissional é de suma importância, mesmo com pouco recurso oferecido pelo sistema educacional, o mesmo consegue realizar um trabalho bastante convincente a toda comunidade escolar.

P7: Sim! É de suma importância.

Ambos os participantes afirmaram que possuem no contexto escolar um intérprete para auxiliar na sala que os alunos surdos estudam. Ainda argumentaram que ele se configura como essencial, que exerce um papel importantíssimo, pois é ele quem faz a mediação, a ponte entre professor e aluno. Dois professores também falaram que o intérprete ajuda na questão da linguagem, já que não tem conhecimento na língua de sinais.

Dispor de um intérprete foi bastante positivo que avistamos nessas escolas, já que somos conscientes da sua essencialidade, visto que o professor sozinho não pode dar uma assistência mais efetiva a todos os alunos, principalmente quando não conhece a Libras. O auxílio desse profissional vem para somar e oportunizar aos alunos surdos participarem mais ativamente das aulas, sentir-se mais incluídos. Está previsto em lei, a obrigatoriedade de oferecer aos surdos um intérprete. Conforme Brasil (2005) em seu Decreto Nº 5.626, diz que:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Percebemos que as escolas em pesquisa estão agindo em conformidade com a lei, já que é dever do Estado oportunizar um intérprete em sala de aula e dispor de materiais adequados para que o trabalho possa acontecer da forma correta. Infelizmente, sabemos que ainda é comum que muitas instituições não possuam estrutura física e materiais adequados, e mais, por não contar com a presença desse profissional, a evasão do aluno surdo é alimentada, uma vez que esse se sente totalmente excluído.

Por último indagamos: **Há algum outro elemento que considera importante e queira relatar sobre a prática da inclusão?** As respostas que mais nos chamaram atenção foram:

P1: A necessidade de materiais específicos e condições favoráveis para oportunizar a todos os educandos especiais um verdadeiro e digno aprendizado.

P2: É necessário que funcione não só na teoria como também na prática.

P4: Formação contínua para o professor voltada para o trabalho com alunos com especialidades.

P7: Capacitação para os educadores em Libras.

Mediante as respostas, percebemos que os próprios professores veem a importância e a necessidade do município disponibilizar de materiais adequados e de capacitações sobre a língua de sinais, tanto quanto de se haver uma formação contínua, que os habilite para trabalhar com alunos com qualquer deficiência. Outra coisa que nos chamou atenção foi a fala do participante P2, que diz que a inclusão precisa sair da teoria e começar a realmente ser efetivada na prática.

Portanto, compreendemos ser essencial acontecer uma reorganização na estrutura da escola, no atendimento ao aluno surdo, nas oportunidades que são dadas aos seus professores, pensando em uma educação melhor entendemos ser crucial que o Estado invista mais em capacitações, como forma de oferecer não só aos professores avanços na sua profissão, mas pensando em quem é o centro desse processo de ensino-aprendizagem, que são os discentes e em especial nos alunos surdos, que merecem e tem o direito de ser incluídos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse trabalho, concluímos a partir das nossas leituras sobre o tema, das respostas obtidas no questionário e das inferências dos autores que o processo de inclusão para os alunos surdos se configura como uma importante atitude para que esses tenham oportunidade à uma educação digna, que valorize e contemple suas subjetividades e necessidades, contribuindo assim para uma aprendizagem satisfatória.

Nesse sentido, requer das instituições educacionais mudanças de posturas, políticas públicas, metodologias, estruturas físicas adequadas, um currículo reorganizado que leve em consideração os sujeitos e suas especificidades, que oportunize uma formação contínua para seus profissionais, para que adquiram estratégias e aconteça um alargamento nos seus conhecimentos, que são essenciais para desenvolver o seu papel com êxito, permitindo que de fato a inclusão saía do papel e passe a existir na sala de aula.

Percebemos, a partir das respostas dos participantes no questionário, que ambos entendem a importância da inclusão, porém ainda vivenciam diversos desafios no trabalho com alunos surdos. Afirmam não estarem preparados para trabalhar com esses alunos, pois há falta de capacitações, não compreendem a língua materna dos alunos, que é a Libras, dificultando o processo de comunicação entre eles. Há necessidade de materiais específicos e condições favoráveis para o desenvolvimento das atividades e os docentes ainda estão bastante dependentes do intérprete para desenvolver o conteúdo juntos aos discentes. Tudo isso se constitui como empecilho para atender a tudo que preza a inclusão.

É necessário que toda equipe envolvida se una, pense em melhores estratégias para contornar esses desafios. É preciso ainda, que o município oportunize mais capacitações para seus professores, pois sabemos que o mundo sofre mudanças todos os dias e isso requer que todo profissional se atualize, se qualifique, busque novas maneiras de ensinar, prezando sempre pelo respeito às diferenças, características e dificuldades de cada um. Além disso, é importante que as escolas reestruturem seus currículos e entendam que a mesma não é homogênea, assim precisa pensar metodologias em para a diversidade.

Portanto, a partir da discussão realizada ao decorrer desse trabalho, conseguimos atingir os objetivos almejados. Assim, esperamos que o referido traga contribuições significativas sobre a inclusão de alunos surdos, além da formação contínua aos docentes para que desenvolvam uma prática consciente e inclusiva, e que sirva também como norte para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, possibilitando aos leitores entender e/ou ampliar mais os conhecimentos sobre a discussão aqui levantada.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Euzânia B. F. A busca do reencantamento do professor. *In*: Angotti, Maristela(org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** / Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. 3ª ed. p.88-174.
- ARRAIS, Marcelo de Abreu; RODRIGUES, Micaías Andrade; CORREIO, Edneia de Oliveira Alves. O atendimento educacional especializado aos alunos surdos nas escolas municipais de Teresina na perspectiva dos docentes. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [s.l.] – sine loco, v. 13, n.30, p.288-322. 2016.
- BARBOZA, Clévia Fernanda Sies; SILVEIRA, Luciane Cruz; CAMPELLO, Ana Regina e Souza; CASTRO, Helena Carla. A importância da aprendizagem de Libras para a formação de professores bilíngues dentro de uma perspectiva inclusiva. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro. n° 43, jan-jun 2015.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. 2ª ed. p.189-217.
- BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação**. Brasília, 2008. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em: 04 maio 2020
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**. Brasília, 2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022,%20Libras%2C%20e%20o%20art. Acesso em: 21 de nov. 2020
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em: 20 de nov. 2020
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- FINI, Danielle Aguiar; FETZNER, Andréa Rosana. Os currículos praticados no cotidiano escolar de duas turmas dos anos iniciais na educação de surdos – INES. **Revista espaço**. Jan/jun. 2017. Issue 47. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/361> Acesso em: 03 maio 2020
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Humberto Bueno; FESTA, Priscila Soares Vidal. **METODOLOGIA DO PROFESSOR NO ENSINO DE ALUNOS SURDOS. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET** – dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf> Acesso em: 19 de nov de 2020.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e interpretes sobre esta experiência**. Campinas, v.26, n.69, p.163-184, maio/jun. 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india Acesso em: 12 maio 2020

LOURENÇO, Érika. **Conceito e prática para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte. Cadernos da Diversidade, 2010. 85p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha**. Educação. Santa Maria, v. 32, n.2, p.319-326, 2007.

MARQUES, Marcley da Luz. **A formação do professor para educação de surdos**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE),13., 2017, Curitiba. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957_11835.pdf Acesso em: 17 abr. 2020

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. Da Educação Especial à Inclusiva: um longo caminhar. In: Markus Figueira da Silva (org). **Educação Inclusiva: uma visão diferente**. EDUFERN- Editora da UFRN, 2003. p. 25-36.

MARTINS, Luz Marina Pinto; SILVA, Eliete Maria; MARQUES, Dalvani. **Informações em saúde na ótica de enfermeiras da saúde da família**. REME - Rev Min Enferm. 2016. DOI: 10.5935/1415-2762.20160002. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1066>. Acesso em: 02 set. 2020.

OLIVEIRA, Waldenir Lopes; FARIA, Juliana Guimarães; CHAVEIRO, Neuma; PEREIRA, Leila dos Reis. **Professor e o aluno surdo no ensino regular: revisão sistemática da literatura**. Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Volume 20, n.1 – Agosto de 2020 – ISSN 1982-7717

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O papel do professor na educação inclusiva.** Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez 2017 ISSN – 2175-1773. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> Acesso em: 03 maio 2020

ROCHA, Maíra Gomes Souza da; AVILA, Leila Lopes. Pesquisas, práticas e experiências sobre os processos de ensino e de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual e múltipla em escolas públicas da Baixada Fluminense. *In*: PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; HOSTINS, Regina Célia Linhares. (org.). **A escolarização de alunos com deficiência intelectual:** políticas, práticas e processos cognitivos. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. 1ª ed. p.31-44

SAVINI, D. XX – formação de professores. *In*: Livro: Interloquções Pedagógicas: Entrevista. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010. *In*. MARQUES, Marcley da Luz. **A formação do professor para educação de surdos.** 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957_11835.pdf Acesso em: 03 maio 2020

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

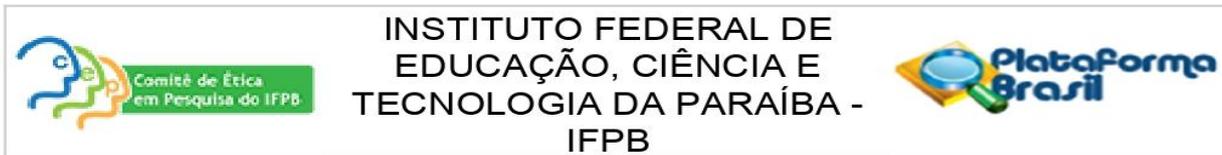
**APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados
(Questionário Online)**

*** Obrigatório**

1. Qual é a sua faixa etária? *
 - () 18 anos a 30 anos
 - () 31 anos a 40 anos
 - () 41 anos a 50 anos
 - () 51 anos ou mais
2. Sexo*: () feminino () masculino
3. Vínculo Empregatício: * Efetivo (a) () Contratado (a) ()
4. Formação Básica: *
 - () Ensino Superior completo
 - () Especialização em andamento
 - () Especialização completa
 - () Mestrado em andamento
 - () Mestrado completo
 - () Doutorado em andamento
 - () Doutorado completo
5. Tempo de atuação no magistério: * _____
6. Turnos em que trabalha na escola: * manhã () tarde () ambos ()
7. Turmas em que trabalha na escola: * _____
8. O que você entende por inclusão?*
9. Você se sente preparado para o processo de inclusão de alunos surdos? Justifique.*
10. Você recebeu direcionamentos para promover a inclusão de alunos surdos? Se sim, como foram essas orientações? Em que momentos ocorreram? *
11. Como você desenvolve o conteúdo junto aos alunos surdos? O currículo contempla adaptações ou recursos para atender de maneira efetiva os discentes surdos? (em relação ao planejamento, as estratégias e os recursos utilizados). *
12. Como é organizado o processo de avaliação e correção dos conteúdos para os alunos surdos? É igual ao realizado com os demais alunos? Ou adaptado? *

13. Tem conhecimento da Língua de Sinais-Libras? * ()sim ()não () pouco
14. Há Intérprete em Língua de Sinais no contexto da escola? Para você, qual a importância desse profissional? *
15. Há algum outro elemento que considera importante e queira relatar sobre a prática da inclusão? *
16. Caso queira receber uma cópia desse TCC por e-mail, anote-o aqui.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: UMA ANÁLISE ACERCA DOS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB

Pesquisador: JAQUELYNE DE LACERDA SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 36589820.9.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.314.842

Apresentação do Projeto:

O presente projeto versa sobre a inclusão de alunos surdos, os desafios que os docentes encontram para inclusão efetiva desse público no currículo de escolas públicas, especificamente no município de Pombal-PB. Para a coleta de dados será realizada uma entrevista semiestruturada junto a professores de duas escolas, que estão atuando em turmas que possuem alunos surdos, a fim de que, ao término da pesquisa e dos objetos elencados seja possível elencar os pontos fortes e as fragilidades dos objetos. Os dados coletados serão analisados com auxílio do método de Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bauer (2002).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário

Analisar quais os desafios encontrados pelos docentes para inclusão efetiva dos alunos surdos no currículo de duas escolas públicas do município de Pombal-PB.

Objetivos Secundários

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

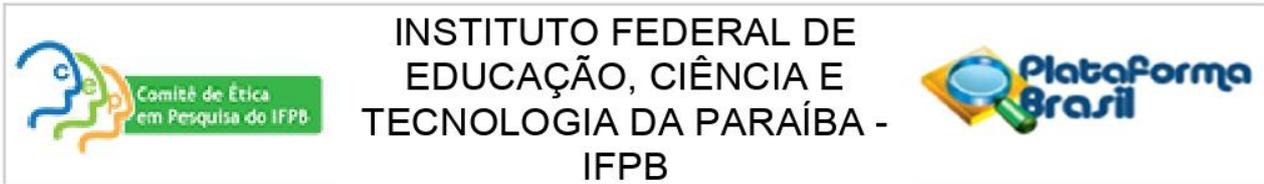
CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.314.842

- Verificar de que forma o currículo está sendo produzido na escola para atender de maneira efetiva os discentes surdos;
- Identificar o que os professores entendem por inclusão;
- Descrever como os educadores desenvolvem suas práticas inclusivas no cotidiano de seu trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos citados pela autora são constrangimento e cansaço ao responder o instrumento de coleta de dados, o questionário online. Para minimizar os possíveis riscos, os participantes serão informados previamente como será feita a coleta de dados, como preencher o questionário, sobre os objetivos da pesquisa, de forma a tranquilizá-los, além disso, a pesquisadora escolheu um questionário online, de modo que os participantes poderão responder em um dia e um horário que será mais conveniente para eles.

Ainda serão garantidos o respeito às diretrizes e critérios estabelecidos na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata das Ciências Humanas e sociais.

Quanto aos benefícios, a pesquisa irá contribuir de modo formativo com o propósito de oferecer grandes possibilidades, e também de gerar conhecimentos a sociedade e aos próprios professores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A temática e objeto de estudo da pesquisa aborda tema referente a inclusão na educação. Vale destacar esse trecho do projeto de pesquisa: a inclusão tem como princípio norteador o respeito às diferenças, a igualdade de oportunidades, valoriza uma educação que contemple as subjetividades e necessidades dos sujeitos, o que implica mudanças de posturas, metodologias, políticas públicas, para que de fato possa promover o acesso, a participação, envolvimento e um processo de ensino aprendizagem satisfatório.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto apresentada, assinada pelo Diretor Geral do Campus;
- Informações básicas preenchidas na Plataforma Brasil;
- Projeto detalhado apresentado;
- Cronograma de execução apresentado;

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

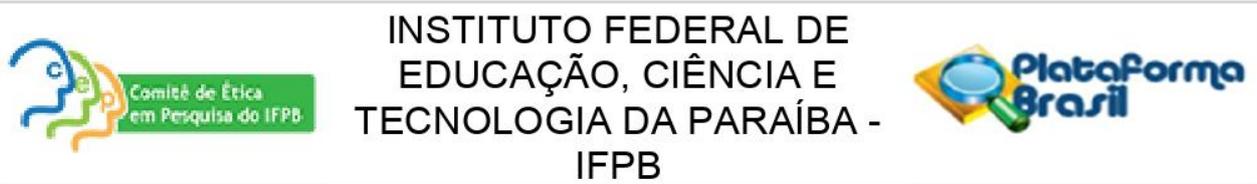
CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.314.842

- Orçamento apresentado;
- Instrumento de coleta de dados (roteiro de entrevista) apresentado;
- TCLE apresentado.
- Termos de Anuência dos responsáveis pelas duas escolas onde serão realizadas as entrevistas apresentados.

Recomendações:

Sem novas recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB discutiu sobre os diversos pontos da análise ética que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e deliberou o parecer de APROVADO para o referido protocolo de pesquisa.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 – art. 9º - Item II).
- 2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.
- 3- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando for do tipo escrito, deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.
- 4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.
- 5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

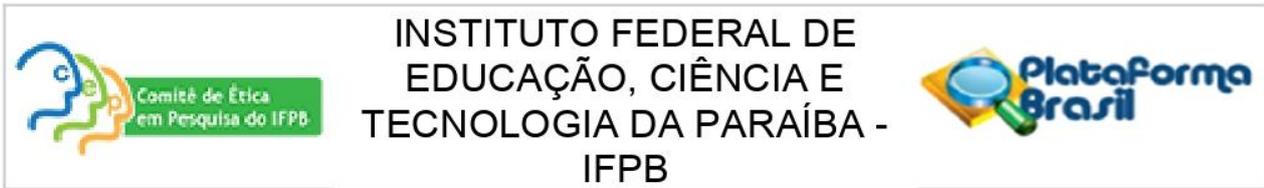
CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.314.842

6- Deve ser apresentado, ao CEP, relatório final até 15/01/2021.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1606540.pdf	11/09/2020 15:56:01		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoParaSubmeterAoComiteOk.docx	11/09/2020 15:54:14	JAQUELYNE DE LACERDA SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	11/09/2020 15:53:39	JAQUELYNE DE LACERDA SOUSA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.docx	11/09/2020 15:53:14	JAQUELYNE DE LACERDA SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoAssinadaPeloDiretorGeralDoIFPB.pdf	05/08/2020 16:12:53	JAQUELYNE DE LACERDA SOUSA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartasDeAnuencia.docx	03/08/2020 21:50:04	JAQUELYNE DE LACERDA SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 01 de Outubro de 2020

Assinado por:

**Vilson Lacerda Brasileiro Junior
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br